

COMPARTILHE

Campanha pela Paz em Casa
O TJRJ na defesa da mulher
vítima de violência doméstica ⑥

Justiça Cidadã e Justiça Itinerante:
a meta é o povo ⑩



O dia em que o
Tiradentes foi
desenforcado ⑧

Paz no futebol
tem encontro
nacional ②

Adoção: trabalho
pela formação de
novas famílias ⑤



O TJRJ e a rede cultural do Centro do Rio

O Desenfocamento do Tiradentes, em 21 de abril de 2015, põe em questão a seguinte pergunta:

Qual é o lugar do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro?

Em primeiro lugar devíamos perguntar: o que é lugar?

Lugar é a rede de relações, de todo tipo, que se estende sobre os locais. Mas o que é local? É qualquer ponto do planeta, estabelecido por coordenadas geodésicas. O TJRJ pode ser encontrado por qualquer pessoa que saiba sua latitude e longitude, além do seu endereço: Avenida Erasmo Braga, 115.

Definido o que chamamos de lugar, podemos responder à questão inicial: qual o lugar do TJRJ?

No Centro da Cidade do Rio, há uma rede cultural-recreativa, formada por um sem número de entidades (CCBB, Funarte, gafeira Estudantina etc). Cada uma delas é um nó da extensa rede.

Ao se aproximar dessa rede, o TJRJ foi capturado por ela; tornou-



se mais um nó, ou entidade, dela. Essa captura foi feita pela performance teatral *O Desenfocamento do Tiradentes*, em 21 de abril de 2015. O TJRJ pode consolidar essa captura em novas iniciativas.

Cada nó da rede cultural-recreativa do Centro do Rio tem a sua propriedade exclusiva, que não é própria às demais entidades.

O que é próprio da entidade TJRJ? A propriedade do TJRJ é, por definição, prestar justiça aos moradores do Estado do Rio.

Voltemos à primeira questão: qual o lugar do TJRJ? A resposta se tornou fácil, apesar de complexa.

O lugar do TJRJ é a rede cultural-recreativa do Centro do Rio. E a vocação artística é indispensável às entidades que pretendem integrar a rede cultural-recreativa. Elas fazem arte para realçar aquilo que lhe é próprio. Desse ponto de vista, os espetáculos artísticos do Centro Cultural do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro não são acessórios. São o seu meio para ser da rede.

Mas não apenas através da arte – música, teatro, dança – o TJRJ confirma o que lhe será próprio na rede. Ele o confirma também através de notícias de si: programas, eventos, sentenças e acórdãos de interesse coletivo, crônica social etc. Se ainda não existe mídia para isso, o TJRJ está em condições de criá-la.

Joel Rufino dos Santos
HISTORIADOR E DIRETOR-GERAL DE
COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO
CONHECIMENTO DO TJRJ

Paz no futebol será tema de Encontro Nacional

Como parte do combate à violência nos estádios, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) vai promover, no dia 26 de junho, em parceria com o Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), o I Encontro Nacio-

nal pela Paz no Futebol, que será realizado na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

“Nós já sentimos uma melhora e vamos investir em uma melhora ainda maior, no sentido de pro-

porcionar paz nos estádios”, afirmou o coordenador da Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais em Eventos Esportivos, Culturais e Grandes Eventos (Cejesp), desembargador Mauro Martins.

Números do Instituto Stochos

43%

• 43% dos torcedores de todo o Brasil não vão aos jogos por causa da insegurança

84,2%

• 84,2% apontam as torcidas organizadas como responsáveis pela violência no futebol

58,5%

• 58,5% voltariam às arquibancadas se as torcidas fossem impedidas de ir aos jogos.

EXPEDIENTE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ)

Av. Erasmo Braga, 115 - Rio de Janeiro - RJ - TEL: (21) 3133-2000 - www.tjrj.jus.br

PRESIDENTE: Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho • CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA: Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo •

1º VICE-PRESIDENTE: Maria Inês da Penha Gaspar • 2º VICE-PRESIDENTE: Nilza Bitar • 3º VICE-PRESIDENTE: Celso Ferreira Filho

ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - EMERJ • DIRETOR-GERAL: Caetano Ernesto da Fonseca Costa

REVISTA COMPARTILHE • TIRAGEM: 3.000 exemplares

DIRETORIA-GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DGCOM) • DIRETOR-GERAL: Joel Rufino dos Santos •

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL • EDITORA: Regina Lunière (MTB 16998.77 RJ) • REDATOR: Marco Antonio Gay • REPÓRTERES: Felipe

Barreto, Jéssica Lima, Mariana Bazilio e Silvia Fernandes • PROJETO GRÁFICO: Maria Lúcia Braga • FOTOGRAFIA: Brunno Dantas e Luis Henrique Vicent

EMAIL: assessoriaimprensa@tjrj.jus.br • TEL: (21) 3133-2593



CAPA Antigo Palácio da
Justiça

A força da comunicação

Deve-se sempre destacar a importância da comunicação entre a Justiça e a população. Uma comunicação o mais transparente possível, de acordo com os princípios democráticos. Porque, nunca é demais repetir, sem democracia não há Justiça.

É importante que essa comunicação ocorra também pela via cultural, como aconteceu a 21 de abril, por ocasião da performance teatral *Desenforcamento do Tiradentes - Liberdade ainda que tardia*, seguida de um cortejo de centenas de pessoas, num momento de emocionante união com a Justiça.

Uma semana depois da performance, historiadores e magistrados se encontraram no debate *A Herança do Desenforcado* para uma reflexão sobre o fato histórico e o TJ na atualidade. Ficou evidente que a cada dia o Judiciário precisa se aproximar mais da sociedade também pela arte, pela reflexão e pelos trabalhos sociais. E a comunidade do TJRJ pode comprar essa ideia.

A Revista *Compartilhe* será um elo entre a administração e os servidores e magistrados. Aqui terão destaque os relevantes projetos do Tribunal voltados para as questões sociais. Serão também apresentados temas de cunho artístico e assuntos de interesse geral e administrativo, além de artigos e entrevistas.

Essa comunicação interna pretende fomentar um trabalho com muito mais harmonia e integração e com maior envolvimento do TJRJ em defesa de uma sociedade mais justa.

Até quando reféns de corrupção e violência?

Publicado no jornal O Globo, pág. 17, em 1º de junho de 2015

A nação brasileira indaga até quando os algozes abusarão de sua paciência. Agora, já não apenas da inércia fruto da omissão, mas do esmagamento da liberdade de ir e vir e até da própria vida.

Até onde irá o insuportável jogo de empurra?

Não será suficiente, em sociedade pretensamente civilizada, bradar basta! Não conviver de forma passiva com os tiros – de balas perdidas, mas achadas no corpo das vítimas – ou facadas desferidas pelos farristas da violência letal.

Essas reflexões me vieram a partir de mensagem da juíza criminal Yedda Christina Assunção, que, indignada com o estado de coisas, afirma:

“Chega de benefícios para sustentar que saiam tantos quanto entram.

Chega de legitimar a bandidagem.

Chega de demagogia.

Há pessoas más no mundo, há pessoas boas. A nossa função é garantir que as primeiras não agridam as segundas. Garantindo a paz.

Estamos falhando. Reiteradamente.

A insegurança pública é nossa culpa. Admitamos.”

O repto da juíza não ecoa no deserto, bastando como exemplo a manchete de anteontem do GLOBO e a capa da revista “Época” de 25 de maio. A questão não se resume ao deslocamento do foco da violência para a redução da maioria penal, tema candente dentre aqueles a merecer decisões.

Por isso, o Tribunal de Justiça está organizando um grande debate, com a participação de todos os interessados, autoridades e sociedade civil, o respeitável público cuja voz se impõe ouvir, para fazer cessar o festival de horrores.

O tratamento de direitos humanos – exceto por demagogia – não serve apenas para proteger bandidos. É ocioso o mote: “A polícia prende, a



Justiça solta”, usado sem informação dos fatos ou da prosaica circunstância de, muitas vezes, a prisão ser ilegal e a soltura, imposição da lei.

Não pode ser esquecido o tema da corrupção, invisível por sua face vampiresca, que nos atinge desde 1500.

Os novos Códigos Penal e de Processo Penal só adiantarão com uma energética tomada de posição contra os esbirros da corrupção, escancarada em rumorosos processos.

Não se desconhecem os esforços das autoridades, mas a Justiça atua nos limites da legalidade, não sendo razoável tomar a parte pelo todo mesmo quando alguns exemplos isolados (passeio com Porsche apreendido). Mas, insista-se, essa conduta vergonhosa é rara.

Corrupção e violência são faces siamesas da barbárie que se banalizou. Impõe-se a coesão social, motivo por que a corrupção e a violência não podem continuar sob o privilégio da impunidade. É imperiosa a reação dos segmentos sociais amplamente majoritários e do Estado, antes que se faça fila para os velórios de todos os dias e continue a se meter descaradamente a mão no bolso dos indefesos, em especial os aposentados e desempregados.

O desemprego crescente e a decrepitude dos serviços essenciais exigem uma resposta vigorosa. Pode-se começar pelo combate à condição de reféns da corrupção e das outras formas de violência.

Novo presidente defende transparência e independência



Desembargador Luiz Fernando: atenção às prioridades da 1ª instância

Ao assumir, em solenidade no dia 2 de fevereiro, a Presidência do TJRJ para o biênio 2015/2016, o desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho defendeu a transparência das informações, a independência do Judiciário, o fortalecimento da comunicação com a sociedade civil, a valorização dos magistrados e dos servidores e iniciativas como conciliação e mediação, além da continuidade de projetos sociais empreendidos pelo Judiciário.

Entre os pontos principais de sua gestão, o desembargador destacou

o enfrentamento das prioridades da 1ª instância. E afirmou também que precisa ser tratada com empenho a situação dos serventuários da Justiça, que, em razão da remuneração e deficiência nos mecanismos do estímulo à capacitação, tem levado “a uma constante evasão de valores e cérebros”.

Em seu discurso, assinalou que “a reforma da Justiça, realizada apenas parcialmente, deve fidelidade ao matiz democrático, que afinal venha facilitar a ampliação do acesso à Justiça”.

Doze novos desembargadores

O TJRJ empossou, nos meses de março, abril e maio, doze novos desembargadores. No dia 9 de março, o Órgão Especial promoveu os magistrados Arthur Narciso de Oliveira Neto e Luiz Henrique de Oliveira Marques, pelo critério de antiguidade, e Murilo André Kieling Cardona Pereira e Sergio Ricardo de Arruda Fernandes, por merecimento. Na semana seguinte, dia 16, o então juiz Werson Franco Pereira Rego foi eleito desembargador por merecimento. No dia 30, tomou posse o desembargador Sergio Nogueira de Azeredo. Ele foi escolhido pelo governador Luiz Fernando Pezão para ocupar a vaga do quinto constitu-

cional, destinada a membros do Ministério Público. Em 27 de abril, o magistrado José Acir Lessa Giordani foi promovido a desembargador pelo critério de antiguidade.

A 11 de maio, foram promovidos a desembargador e tomaram posse os juizes Antônio Carlos Arrabida Paes, por antiguidade, e Maria Isabel Paes Gonçalves e Sérgio Seabra Varella, por merecimento. E, ainda em maio, o governador Pezão indicou para a vaga do quinto constitucional do MPRJ o procurador de Justiça Marcos André Chut. A 1º de junho, o juiz Celso Silva Filho foi promovido e tomou posse como desembargador.

Remoção e promoção de juizes por antiguidade e merecimento

Tomaram posse no dia 30 de abril, no Salão Nobre do Fórum Central (foto), os juizes removidos ou promovidos, no total de 37, no dia 13 de abril, pelos desembargadores do Órgão Especial do TJRJ. Os desembargadores votaram de acordo com os critérios de antiguidade e merecimento.



Convocados 132 aprovados para técnico e analista judiciários

O presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, convocou 115 candidatos aprovados no LIV Concurso para Técnico de Atividade Judiciária, Sem Especialidade; e 17 aprovados no LV Concurso para Analista Judiciário com Especialidade em Execução de Mandados. O início do estágio probatório está marcado para o dia 2 de junho, e os servidores nomeados deverão participar do Programa de Integração Funcional (PIF).

Duas Medidas

- Criada a Comissão de Magistrados Aposentados e Pensionistas (Comap) para receber, analisar e responder a demandas e reivindicações do grupo.
- Inaugurado o Departamento de Atendimento aos Magistrados (Deamg) - Ramal 4333 -, para facilitar e unificar o atendimento, em matéria funcional e administrativa, a todos os magistrados.

TJRJ realiza a Semana da Adoção

Na abertura da Semana da Adoção, o TJRJ promoveu no dia 25 de maio a “Comemoração ao Dia Nacional da Adoção – 25 Anos do ECA – Muitas Histórias de Adoção”. Foi assinado o termo de cooperação técnica entre o TJRJ, a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

para os fins de efetivação do artigo 3º do Provimento CNJ Nº36 – Conselho Nacional de Justiça, relativo às ações de adoção e destituição do poder familiar.

Como coordenador, na ocasião, da Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional (Cejai), o desembargador Siro Darlan anunciou a meta a ser cumprida pelos

magistrados e pelo TJRJ: “No ano passado, conseguimos 560 adoções em todo o Estado. Agora temos a pretensão de, até 25 de maio de 2016, alcançarmos a meta de mil adoções”.

No domingo, dia 24, uma caminhada pela orla de Copacabana alertou a população sobre a importância da adoção.

Marta renasceu com os filhos adotivos



Kauane, Lucca, Marta e Bruno: união e alegria em família

A servidora do TJRJ Marta Bernardo, recém-aposentada, tem agora mais tempo para se dedicar aos três filhos adotivos: Bruno (12 anos) Lucca e Kauane (10). Lucca, o primeiro a chegar, veio para o colo de Marta com pouco mais de um ano. Tempos depois, já mais crescido, ele disse à mãe que queria que o amiguinho que havia conhecido em um abrigo se tornasse seu irmão. Pedi-

do feito, pedido atendido. E, junto com Bruno, Marta adotou a irmã dele, Kauane.

Durante anos, Marta trabalhou em varas da Infância e Juventude. Defensora da adoção, ela diz que adotar é uma forma de carinho e amor. “Sou uma nova pessoa depois que tive esses três filhos maravilhosos. Com a aposentadoria, poderei me dedicar a eles ainda mais.”

Pacto de proteção à criança e ao jovem

No dia 9 de abril, capoeiristas (foto) e integrantes de escola de samba “invadiram” o plenário do Tribunal Pleno, local de solenes reuniões. Com esse respaldo popular, representantes do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e de entidades civis assinaram o Pacto de Compromisso pela Plena Garantia dos Direitos da Infância e da Juventude no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro. O documento - parte da comemoração dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca) - representa um compromisso firmado entre os três Poderes com o objetivo de oferecer garantia plena dos direitos da criança e do adolescente no Estado. Várias ações estão previstas, entre elas, fortalecer a rede integrada de atenção a crianças e adolescentes em situação de violência.

Uma obra-prima em cartaz



A *Visita da Velha Senhora*, de Friedrich Dürrenmatt, estará em cartaz, até 29 de julho, de segunda a quarta-feira, na Sala Multiuso do Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Distribuição de senhas, para o público externo, a partir das 18h30. Direção de Sílvia Monte. Entrada franca.



Justiça pela Paz em Casa:



Com uma série de iniciativas, a campanha Justiça pela Paz em Casa, realizada em março e coordenada pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia (foto), teve o objetivo de intensificar em todo o país a resolução de casos de violência doméstica durante a semana em que se comemorou o Dia Internacional da Mulher. A ministra esteve no TJRJ para o encerramento da semana dedicada à mulher.

O TJRJ participou de uma ação de combate à violência doméstica no Largo da Carioca, no Centro do Rio; organizou palestras sobre o

tema e realizou 1.283 audiências de instrução e julgamento sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de 28 de competência dos tribunais do júri, que julgam crimes dolosos contra a vida. Foram proferidas 359 sentenças em audiências, e deferidas 450 medidas protetivas.

Por fim, magistrados e servidores participaram de uma caminhada nas praias do Leme e de Copacabana, em prol da conscientização e do combate aos crimes que envolvam violência doméstica contra a mulher.

Violência doméstica: 9% das vítimas se consideram culpadas, revela pesquisa

Muitas mulheres ainda se sentem culpadas pelas agressões que sofrem em casa. Segundo recente pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dentro do projeto Pensando o Direito, do Ministério da Justiça, 9% das vítimas ainda acreditam que as agressões tiveram como

causa ações suas. Essa realidade foi citada pelo presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, na abertura da primeira reunião da Comissão Judiciária de Articulação dos Juizes das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Cejem), realizada em

março, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher. Para o presidente do Tribunal, é importante que os juizes dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher sejam apaixonados pelo tema, empenhando-se no combate ao problema.

A opinião dos jovens

Pesquisa sobre violência doméstica do Instituto Avon/Data Popular entre jovens dos dois sexos, de 16 a 24 anos, mostrou que:



são a favor da Lei Maria da Penha



das jovens entrevistadas já sofreram algum tipo de assédio



dos jovens admitiram que já assediaram mulheres



das mulheres revelaram que sofreram violência/controle do parceiro



dos homens admitiram que praticaram alguma violência contra a parceira

proferidas 359 sentenças



Encerramento da campanha nacional no TJRJ, com a presença da Ministra Cármen Lúcia, do STF

Caminhada em Copacabana pela conscientização e combate à violência doméstica contra a mulher



Uma história de terror

Medo, culpa e ameaças são alguns dos motivos que levam mulheres vítimas de violência a não denunciarem seus agressores. Na contramão desse destino, a professora Graça, de 52 anos, deu um basta na situação de humilhação que vivia e, com a atuação do III Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, seu agressor está preso, esperando julgamento.

Depois de cerca de dois anos de encontros casuais, ela e seu personal trainer decidiram começar um

namoro, que durou pouco mais de sete meses e revelou o comportamento ciumento e agressivo do companheiro. Ao receber a carta que ela lhe escrevera terminando o romance, o homem invadiu a casa da ex-namorada, na Zona Oeste do Rio. “Ele me estuprou, pelo menos quatro vezes naquela noite, e me insultava das mais diversas maneiras; dizia que, se a minha filha estivesse ali, passaria pela mesma coisa”, contou Graça, que foi internada em uma UTI com hemorragia e um dente quebrado.

Projeto Violeta: rapidez a favor da vítima

No dia 9 de março, o TJRJ, o Ministério Público e a Polícia Civil assinaram convênio para a implementação do Projeto Violeta, idealizado pela juíza auxiliar da Presidência Adriana Ramos de Mello. O objetivo é acelerar ao máximo o atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

Com 11 Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, o TJRJ deverá receber, em breve, mais dois Juizados especializados no segmento: em Volta Redonda e em Campos dos Goytacazes.

Tiradentes desenforcado e festejado pelo povo

Demorou, mas finalmente Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi absolvido do crime de lesa-majestade. No dia 21 de abril, um grande público assistiu, no Salão Histórico do 1º Tribunal do Júri, no Antigo Palácio da Justiça, ao espetáculo teatral *O Desenforcamento do Tiradentes: Justiça ainda que tardia*, idealizado pelo diretor-geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento, professor e escritor Joel Rufino dos Santos.

O ator Milton Gonçalves viveu o Tiradentes. O juiz foi interpretado pelo desembargador Claudio dell'Orto. Nos papéis de acusação e defesa, estiveram os criminalistas Jorge Vacite Filho e Técio Lins e Silva. O texto, de Ricardo Leite Lopes, foi uma adaptação dos *Autos da Devassa*, processo judicial movido pela Coroa Portuguesa contra os inconfidentes. A direção foi de Silvia Monte. A desembargadora Cristina Gaulia fez o papel da Liberdade (narradora da peça).

O presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando, atuou no final da peça, quando fez a leitura da decisão dos jurados. Para o magistrado, o desenforcamento surge num momento importante para o País.

“A população está carente de heróis de verdade. É importante que a população resgate a história

do alferes Tiradentes”, afirmou.

Ao novo julgamento do Tiradentes, organizado pelo CCPJ, seguiu-se um cortejo do Antigo Palácio da Justiça até a Praça Tiradentes, formado por pessoas do povo, que dançavam e cantavam o samba “Salve, salve Tiradentes”, de Gabriel Moura.



Desembargador Luiz Fernando, advogado Jorge Vacite Filho, desembargador Claudio Dell'Orto, ator Milton Gonçalves, desembargadora Cristina Gaulia e advogado Técio Lins e Silva

Aos 450 anos, o Rio continua índio

O TJRJ promove por intermédio do Museu da Justiça, e em parceria com o Museu do Índio, duas exposições em comemoração ao Dia do Índio (19 de abril). A primeira - *Os Guarani no Século XXI* - está no Museu do Índio, e a outra, dividida em dois espaços, foi instalada no Antigo Palácio da Justiça, na Biblioteca e no térreo e no segundo andar da Lâmina I do Fórum Central.

A segunda mostra - *O Rio Continua Índio* - inaugurada a 18 de

maio, e que vai até 31 de julho, apresenta a trajetória dos povos indígenas no Rio de Janeiro. Também há documentos raros da segunda metade do século XIX, relativos ao uso de terras indígenas por foreiros que eram submetidos ao juiz de Órfãos do município. Esses juízes tinham jurisdição nas causas que versavam sobre os bens dos índios. As exposições em homenagem ao índio são também comemorativas aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro.

Tribunal passa a exibir programa em seu canal de TV interno

O TJRJ começou a transmitir pelo seu canal de televisão interno (canal 5) palestras, debates e entrevistas. Na primeira edição do programa, foi exibido o debate *Escândalo na Justiça: o mito, a verdade, a mídia e o poder*, promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (Emerj).

O novo projeto de comunicação interna, desenvolvido pelo Departamento de Comunicação, pretende passar, futuramente, os programas em todos os locais em que há pontos de recepção de TV, inclusive nas salas de espera das audiências.



Planejamento estratégico

Participação de todos os setores, eficiência e democracia - essas serão as marcas do planejamento estratégico para o biênio 2015/2016, segundo o presidente da Comissão de Gestão Estratégica (Coges), desembargador Carlos Santos de Oliveira.

Com este objetivo, estão sendo realizadas reuniões com as diretorias do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). No dia 20 de março, em encontro com juizes auxiliares da Presidência, diretores-gerais e de departamentos, o presidente do Tribunal, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, disse que é fundamental ouvir todos os setores do Judiciário fluminense para a elaboração do planejamento estratégico.

“O que pretendemos é elaborar um planejamento estratégico horizontal, mais democrático, inteligente e eficiente, com todos os setores apresentando suas propostas, projetos e sugestões”, explicou o presidente.

Aprovada gratificação para terceiro secretário

O Órgão Especial aprovou, no dia 27 de maio, resolução que prevê gratificar, com um valor símbolo CAI 3, o auxiliar de juiz de primeira instância, chamado de terceiro secretário, em todos os Juízos do estado. A gratificação não provocará aumento de despesa, pois será dada por meio de transformação.

Na mesma sessão foi aprovada ainda gratificação aos servidores lotados nas Câmaras do Consumidor.

Plantão Judiciário no Fórum Central

Foram inauguradas em 15 de abril as novas dependências do Plantão Judiciário, que retorna ao Fórum Central da Capital. Antes, o Serviço ocupava aproximadamente 352m². Agora, tem 754,3m².

Magistrados e servidores participam de encontro com o presidente

Magistrados e servidores do 4º e do 10º Núcleos Regionais (Nur) receberam a visita do presidente do TJRJ, acompanhado da corregedora-geral, desembargadora Maria Augus-

ta Vaz, de juizes e de assessores, em março e abril. Em Duque de Caxias e em Itaperuna (fotos abaixo), eles ouviram reivindicações e sugestões.



Duque de Caxias



Itaperuna

Banco de assessores de desembargador

O Conselho da Magistratura do TJRJ criou o Banco de Assessores de Desembargador, que vai servir de apoio à escolha e nomeação de servidores para desempenho de cargos e funções específicas em gabinetes dos magistrados da segunda instância.

Poderão participar do processo de inscrição analistas judiciários, com ou sem especialidade, e técnicos de atividade judiciária, desde que não estejam no exercício de função gratificada ou de cargo em comissão em gabinete de desembargador. A formação em Direito é obrigatória.

Acesso mais amplo do cidadão à Justiça

Justiça Cidadã

O projeto capacita agentes multiplicadores com informações básicas sobre Direito, Justiça, Cidadania e o conhecimento do emprego de métodos alternativos para solução de conflitos, como mediação e conciliação, que não demandam intervenção judicial. Entre os agentes multiplicadores, estão lideranças comunitárias, gestores sociais, membros de associações e participantes da sociedade civil organizada que desenvolvam trabalhos em prol da melhoria da qualidade de vida de integrantes de comunidades.

“O Justiça Cidadã pretende empoderar as pessoas pela via da in-



formação. E, assim, abrir um pouco essa caixa preta de informações judiciais, jurídicas, de direito, da lei. Quando há cerceamento, quando informações são guardadas só para determinado grupo, as pessoas que não fazem parte dele se fragilizam”, explica a coordenadora do projeto, desembargadora Cristina Tereza Gaulia.

Justiça Itinerante

Realiza atendimentos regulares em ônibus informatizados e adaptados para audiências. Conta com juiz, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, funcionários e estagiá-



rios. No ônibus, é possível a resolução de questões como retificação de registro civil, reconhecimento de paternidade, registro de nascimento fora do prazo, pedido de pensão de alimentos, formalização da união estável e acordo de divórcio amigável. O programa integra os juízes às comunidades, além de modernizar a prestação jurisdicional, permitindo mais celeridade.

“Com a proximidade do juiz da população, ele escuta a parte, ele escuta o cidadão no seu momento de intranquilidade, de dor. Ele pode, também, dar uma resposta mais eficiente. E, quando você fala em eficiência no Judiciário, você está falando de Justiça”, afirmou a desembargadora Cristina Gaulia.

Ouvidoria para a mulher

Inspirada na campanha Justiça pela Paz em Casa, a Ouvidoria do TJRJ criou a Ouvidoria Mulher, para prestar atendimento às vítimas de violência doméstica.

“A Ouvidoria Mulher é mais uma ferramenta a ser usada em benefício da mulher vítima de violência, atendendo ao espírito da Lei Maria da Penha. Porque não há democracia sem liberdade de gênero”, afirmou a juíza Andréa Pachá, ouvidora do Tribunal.

Os contatos devem ser feitos pelos telefones (21) 3133-4730 e 3133-3755 ou pelo e-mail ouvidoriamulher@tjrj.jus.br.



Seu canal direto com a justiça

Equipe eficiente

Com 24 funcionários, a Ouvidoria do TJRJ conta com quatro deficien-

tes visuais, que compõem a equipe de atendimento à população, e duas servidoras readaptadas (foto).

A técnica de atividade judiciária Cristiane das Graças Leite, portadora de deficiência visual, está lotada há oito anos na Ouvidoria e atua no teleatendimento. Por meio de um software que permite a sua acessibilidade por um sistema de voz a todos os programas do computador, ela recebe as demandas e, depois de verificar as respostas elaboradas em outros setores, as encaminha aos usuários. “Eu me sinto produtiva e gosto, principalmente, do trabalho de dar o retorno, fechando o atendimento”, contou.



TJRJ terá primeiro grupo de mediadores em varas empresariais

Dissoluções de sociedade e ações coletivas, como o processo das vítimas do Edifício Palace II, que desabou na Barra da Tijuca há 17 anos, podem estar perto de serem resolvidas. Um grupo de mediadores do TJRJ, composto por 23 voluntários, atuará nas varas empresariais do Judiciário fluminense. Esse tipo de ação será inédito no País

Para o presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), desembargador César Cury, a Justiça deve se empenhar para expandir e popularizar esse meio de resolução de conflitos.

O grupo, que atuará nos processos de dissolução de sociedade e ações coletivas nas varas empresariais, é formado por voluntários treinados para exercer a mediação, entre eles advogados, economistas, engenheiros, e pessoas de outras áreas de formação, além de aposentados, incluindo magistrados inativos.

Saúde: doação de medula óssea

Qualquer pessoa entre 18 e 55 anos, com boa saúde, pode doar a medula óssea para pacientes com leucemia e outras doenças que afetam as células do sangue. A cirurgia, sob anestesia, dura cerca de uma hora e consiste em múltiplas punções no osso da bacia. Vinte e quatro horas depois, o doador é liberado. No Estado do Rio, o Hemorio e o Inca cadastram os interessados em doar. No dia 21 de maio, o Tribunal realizou a cerimônia de abertura da Campanha de Doação de Medula Óssea, promovida sob a organização do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (Deape) e em parceria com o Departamento de Saúde do TJRJ (Desau) e com o Hemorio. Informações: 3233-2550 e 3133-4413.

Campanha recebe o apoio de Gianecchini



O ator Reynaldo Gianecchini (foto), que anos atrás foi diagnosticado com um linfoma, gravou um vídeo de apoio à campanha: “O transplante de medula óssea é a oportunidade de vida de centenas de pessoas. Muitas vezes é a única esperança de cura. Para o doador será apenas um incômodo passageiro, mas para o doente será a diferença entre a vida e a morte.”

O mito, a verdade, a mídia e o poder – um debate sobre Escândalo na Justiça

A Imprensa, assim como a Justiça, é fundamental para a democracia. Essa foi uma das conclusões da 18ª Reunião do Fórum Permanente de Direito à Informação e de Política de Comunicação Social do Poder Judiciário, que versou sobre “Escândalo na Justiça”. Aberta pelo presidente do Fórum, desembargador Fernando Foch, a reunião foi realizada em 14 de abril, na Emerj, e debateu o mito, a verdade, a mídia e o poder.

O historiador Joel Rufino, diretor de Comunicação e de Difusão do Conhecimento, destacou que escândalo é o acontecimento que surpreende, que ninguém prevê, e, depois de dizer que “o tempo em si é um mistério”, explicou que todo tempo tem um conteúdo de ideias e sentimentos que é único e o difere de outros e que, no nosso tempo, a verdade é sofisticada, ou seja, verdade é aquilo que você convence o outro que é verdade”.

Para o jornalista Ancelmo Gois, o

juiz, assim como o jornalista, deve vencer, não pelo temor, mas pelo respeito dos outros. Ele lembrou que a velocidade, hoje, é instantânea, e não há mais segredos na humanidade. “Do ponto de vista tecnológico”, disse, “está todo mundo nu.”

O desembargador José Muiños Piñeiro Filho ressaltou que o tempo do Judiciário é totalmente diferente do tempo da mídia, e que é preciso que eles se aproximem, para que a matéria saia o mais fidedigna possível. Ele lembrou ainda que, hoje no Brasil, existem cerca de 200 juízes ameaçados de morte.

O presidente do TJRJ, desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, afirmou que há uma conjugação entre os termos mito, verdade, mídia e poder. “A verdade, depois de certo tempo, até pela sua fraude, se torna um mito”, comentou. E fez uma reflexão sobre o efêmero e sobre a ditadura da primeira versão. “A verdade mais imediata e mais forte é a primeira versão.”



Desembargadores Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, Fernando Foch e José Muiños Piñeiro; jornalista Ancelmo Gois e historiador Joel Rufino

TJRJ promove encontro de corais

Por iniciativa do TJRJ e do Clube da Música na Justiça, foi realizado no dia 27 de maio o I Encontro de Corais, com a participação de nove corais do Estado do Rio de Janeiro.

Depois de cantar o hino do Tribunal, o Coral da Mútua dos Magistrados, regido pelo maestro Wellington Ferreira, apresentou a música *Como é Grande o meu Amor por Você*, com solo da menina Ana Rosa Foch, que é do coro infantil da Orquestra Sinfônica Brasileira. Seguiram-se mais dois números, um deles de música africana.



Ana Rosa, o Coral da Mútua e o maestro Wellington

Apresentaram-se ainda os seguintes grupos: o InCanto Musical de Miguel Pereira, o da OAB-Niterói, o AABB-Rio, o Vozes do Forte, o Oficina, o Israelita Brasileiro, o Coro Infante-Juvenil da Escola de Música da Rocinha e o Coro Só Música.

O maestro Wellington Ferreira, idealizador do Encontro, convidou os serventuários a participarem do Coral da Mútua dos Magistrados.

Servidora psicóloga aborda o desejo de vingança oculto na busca por Justiça

O Globo - 18/4/2015

Analista judiciária do TJRJ desde 1999, com especialidade em psicologia, Érika Figueiredo Reis foi recebida no dia 14 de maio pelo presidente Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho. Autora de dois livros, ela se baseou na experiência profissional em varas de família para escrever o primeiro, *Varas de Família – O Encontro entre Psicologia e Direito*. Depois de estudar filosofia e, a partir da leitura de *A Genealogia da Moral*, de Nietzsche, começou a pensar sobre a questão da vontade de vingança, o que inspirou seu segundo livro, *Justiça e Espírito de Vingança*. Ela defende que as pessoas não assumem que querem vingança, mas procuram uma justificativa socialmente legitimada que é o caso da justiça. “O foco não é a reparação de um dano, mas fazer o outro sofrer”, afirmou. Sobre o seu trabalho em varas de família, Érika contou que procura juntar psicologia e filosofia. “Olhar para o passado para pensar no pre-



Presidente ganhou um livro de Érika

sente em busca de uma situação mais favorável no futuro”, explicou a servidora que recentemente foi entrevistada pelo Globo.

Para o desembargador Luiz Fernando, o tema abordado por Érika é “muito atual, embora não seja tratado com constância”. Ele contou que, por quatro anos, trabalhou como juiz de Família em Petrópolis, e que a carga emotiva envolvendo os processos acaba de alguma forma passando para o magistrado.

Os nossos poetas, cada um com seu estilo

W. B. Lemos, Carlos Henrique Costa e Ricardo Vieira Lima (foto) são colegas na DGCOM (Diretoria Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento). Além do vínculo profissional, um outro laço une esses servidores efetivos do TJRJ: a literatura.

Carlos Henrique, autor dos livros de poesia *Tempo Desejo* e *Lira dos Sentidos*, é também jornalista, can-

tor, compositor e letrista. Ricardo, crítico literário, ensaísta, jornalista e poeta, lançará, em breve, *Ariete – poemas escolhidos*. E Lemos publicou *Rasga-mortalha – poemas dos outros*. Distintos quanto ao estilo, os três acreditam, como o crítico Antonio Candido, que o direito à arte e literatura é tão importante quanto o direito ao alimento, à saúde e à liberdade de crença e opinião.

Flávio Porto

